

**HABEAS CORPUS Nº 527.323 - RN (2019/0241873-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : HUGO ABRANTES FERNANDES  
**ADVOGADO** : HUGO ABRANTES FERNANDES - DF053090  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PACIENTE** : FRANCISCO ACASSIANO DO NASCIMENTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, sucedâneo de revisão criminal, impetrado em favor de FRANCISCO ACASSIANO DO NASCIMENTO, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assim ementado (fl. 82):

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO FÚTIL E UTILIZAÇÃO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA - ART. 121, § 2.º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELA DEFESA. PLEITO DE EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS E RECONHECIMENTO DA PRÁTICA DE HOMICÍDIO PRIVILEGIADO (ART. 121, § 1.º, CÓDIGO PENAL). IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO DO TRIBUNAL POPULAR EM HARMONIA COM AS PROVAS DOS AUTOS. PEDIDO DE REDUÇÃO DA PENA. NÃO ACOLHIMENTO. CIRCUNSTÂNCIA DOS ANTECEDENTES VALORADA DE FORMA IDÔNEA. CONDENAÇÃO ANTERIOR COM TRÂNSITO EM JULGADO HÁ MAIS DE CINCO ANOS. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA 11ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NATAL/RN, EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL A 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 14 anos e 3 meses de reclusão, em regime fechado, como incurso no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.

Interposta apelação pela defesa, foi negado provimento ao recurso.

Alega a defesa, em suma, que as condenações definitivas já alcançadas pelo período depurador não são aptas a constituir maus antecedentes.

Requer, por isso, o redimensionamento da pena base.

Não houve pedido de liminar.

As informações foram prestadas (fls. 120-146)

O parecer do Ministério Público Federal foi pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO

Conforme relatado, busca a defesa o redimensionamento da pena base, sob o argumento de que as condenações definitivas já alcançadas pelo período depurador não são aptas a constituir maus antecedentes.

Sobre a pretensão de afastamento dos maus antecedentes, o colegiado da Corte *a quo* assim se pronunciou (fls. 141-144):

[...] No que pertine ao reexame da dosimetria quanto à circunstância judicial dos antecedentes criminais, destaca-se que é assente no STJ “o entendimento de que à luz do art. 64, inciso I, do Código Penal, ultrapassado o lapso temporal superior a 5 anos entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior, as condenações anteriores não prevalecem para fins de reincidência mas podem ser consideradas como maus antecedentes, nos termos do art. 59 do Código Penal”.

[...]

**In casu, o acusado possui antecedentes criminais, uma vez que, segundo fl. 20, ele possui contra si sentença penal condenatória irrecorrível pela prática de crime ocorrido anteriormente.**

**Sendo assim, em que pese as alegações da defesa, as condenações com trânsito em julgado anteriores ao prazo depurador de 05 (cinco) anos, não podem ser usadas na etapa intermediária como circunstância agravante da reincidência, todavia, constituem motivação idônea para a exasperação da pena-base a título de maus antecedentes. Assim, mantenho essa circunstância como desfavorável, assim como reconhecido na sentença de primeiro grau.**

Como já visto, insurge-se a impetrante em face dos fundamentos que serviram para a exasperação da pena-base, pelos maus antecedentes, tendo em vista que as condenações anteriores utilizadas para tal fim foram alcançadas pelo período depurador.

No entanto, o entendimento firmado nas instâncias ordinárias está em consonância com o desta Corte, no sentido de que o período depurador de cinco anos, previsto no art. 64, I, do Código Penal, afasta a reincidência, mas não retira os maus antecedentes, não havendo, pois, ilegalidade a ser sanada no presente *habeas corpus*. Nesse sentido, trago à colação os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÃO QUE ULTRAPASSA O PERÍODO DEPURADOR DE CINCO ANOS. POSSIBILIDADE. CONCEITO AMPLO. AGRAVO DESPROVIDO.

**1. O conceito de maus antecedentes, por ser mais amplo do que o da reincidência, abrange as condenações definitivas, por fato anterior ao delito, atingidas pelo período depurador de cinco anos. Precedentes.**

2. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 1689266/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 28/05/2018)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

(...)

4. Embora os registros criminais do paciente sejam antigos, podem ser considerados para corroborar a necessidade de sua segregação cautelar, uma vez que **o conceito de maus antecedentes, por ser mais amplo, abrange não apenas as condenações definitivas por fatos anteriores cujo trânsito em julgado ocorreu antes da prática do delito em apuração, mas também aquelas transitadas em julgado no curso da respectiva ação penal, além das condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos, as quais também não induzem reincidência, mas servem como maus antecedentes.** (HC 356.084/SP, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016).

5. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública.

6. Ordem não conhecida. (HC 421.939/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018)

Portanto, não há constrangimento ilegal a ser sanado.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator